

fazer história contemporânea

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 11 • 2011

# Fazer história do tempo presente em Portugal

Os anos oitenta

Alexandra Silva

**Alexandra Silva**, Mestre em História da Cultura pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Bolseira de doutoramento da FCT. Investigadora do Centro de Estudos Sociais. E-mail: [asilva@ces.uc.pt](mailto:asilva@ces.uc.pt)

Na esfera do pensamento e da criação, as décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial oferecem um panorama de fortes contrastes. As ideologias de diverso género – políticas, sociais, estéticas, religiosas ou outras – derivaram, nas suas linhas gerais, da grande efervescência experimentada pela cultura ocidental.

A conjuntura dos “longos anos sessenta”<sup>1</sup> representou uma profunda e irreversível primeira ruptura, carregada de acontecimentos de crucial importância, fez entrar numa nova fase o mundo do Pós-Guerra<sup>2</sup>. Essa rebelião mundial provocou sucessivas leituras e releituras históricas por parte daqueles que as vivenciaram, mas também por parte dos novos sujeitos históricos que então emergiram, nomeadamente a juventude, que se afirmou como categoria social autónoma.

Este período de “ausência de ordem” ou “desordem política internacional”<sup>3</sup> caracterizou-se por uma imensa e intensa aceleração histórica: acontecimentos como o culminar do processo de descolonização, a emergência de um Terceiro Mundo entre o capitalista e o socialista, a expansão máxima do capitalismo ocidental no seu modelo de Pós-Guerra e a chegada da URSS ao seu maior desenvolvimento. Igualmente, recrudesceram os conflitos regionais, dos quais foi paradigma o Vietname, e surgiram problemas muito significativos no interior dos grandes blocos, como a revolução cubana, a revolução cultural chinesa ou a Primavera de Praga. Partindo das clássicas estruturas de classes, próprias das sociedades industrializadas, apareceram novas formas de acumulação de capital, de relações de propriedade e trabalho, novos movimentos sociais e formas de exercício ou de contestação do poder. Sucederam-se mudanças profundas no imaginário cultural das sociedades, a maior parte delas relacionadas com a expansão do consumo e as crescentes possibilidades de acesso à comunicação. Em termos científicos, a segunda metade do século XX conheceu também uma inovação e mudança tecnológica sem precedentes e toda a sociedade se pautou pelo primado da ciência e da técnica, a par de uma intensa revolução da informação.

A nova e profunda transformação que despontou foi modificando em profundidade a dinâmica das sociedades industrializadas e teve naturais implicações no campo da cultura. Partindo delas, afirmou-se o advento de um estado ou situação apelidado de “pós-industrial”<sup>4</sup>, em função do salto económico-tecnológico decisivo, até ao estado “da informação”, “da comunicação” ou “do conhecimento”<sup>5</sup>. Isto é, o aparecimento de um novo tipo de sociedade que se desenvolveu com a revolução da informatização, a economia global, a cultura da informação de massas, a evolução das instituições e aparelhos políticos e a manifestação diversificada e plural de formas culturais e artísticas.

---

<sup>1</sup> Cf. MARWICK, Arthur – *The Sixties: cultural revolution in Britain, France, Italy, and the United States, c.1958-c.1974*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1999.

<sup>2</sup> Veja-se JUDT, Tony – *Pós-Guerra: História da Europa desde 1945*. Lisboa: Edições 70, 2007.

<sup>3</sup> ARÓSTEGUI, J.; SAVORIDO, J. – *El tiempo presente: un mundo globalmente desordenado*. Universidad de Buenos Aires, 2005. p. 82 e 83.

<sup>4</sup> BELL, Daniel – *The coming of post-industrial society: a venture in social forecasting*. New York: Basic Books, 1979.

<sup>5</sup> CASTELLS, Daniel – *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

Um dos resultados mais notáveis dessa nova conjuntura cultural do tempo presente foi o surgimento de um conjunto de conceitos – primeiro no âmbito da arquitectura e das artes em geral e que se estendeu para a análise de outras partes do sistema social – que se referem a uma nova fase na cultura ocidental decorrente da falência, crise ou superação do projecto da *modernidade*, do Iluminismo e do seu ideal racionalista como forma de compreender a nova “ordem mundial”<sup>6</sup>. Este processo de transformação foi acompanhado pelo auge do pensamento neo-liberal, a crise do marxismo e a crise do *cientificismo* na investigação social, estabelecendo as bases do que se viria a chamar *pós-modernidade*<sup>7</sup>, que representou o fim do consenso em torno dos eixos significativos pelos quais se pautou a mudança social e cultural do tempo anterior.

O Século das Luzes havia sido considerado o quadro fundacional e normativo da auto-referência contemporânea, valores e conceitos que a partir da segunda metade do século XX foram postos gradualmente em causa. Este modelo entrou em quebra de forma acelerada na década de 1980, ainda que as suas debilidades fossem já perceptíveis anteriormente. O discurso científico deixara de ser absolutamente legítimo e eficaz, já que, além de ter revelado a incapacidade de promover o bem-estar da humanidade, teria perdido a sua força de unidade e o seu carácter de método absoluto e infalível. Tratou-se sobretudo da perda de uma referência clara e um guia para a organização e compreensão do mundo. Os anos oitenta são, por isso, a década da crise dos discursos unificadores, dos modelos explicativos e das filosofias que os legitimavam, do fim das metanarrativas, do desaparecimento das visões unificadoras da realidade e das grandes certezas a respeito das formas de funcionamento do mundo, da fragmentação dos saberes, no fundo, da perda das utopias, que vários teóricos têm vindo a interpretar.

O filósofo francês François Lyotard começou por falar da “condição pós-moderna” como “o estado da cultura após as transformações que afectaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX”<sup>8</sup>, como a fase em que as metanarrativas modernas foram desacreditadas, em que a ciência deixara de ser considerada como a fonte absoluta de verdade, desenhando-se uma era em que o saber estaria novamente em abertura e em permanente construção.

Para Frederic Jameson, as sociedades pós-industriais converteram as formas culturais naquilo que o autor viu como significado profundo do *pós-modernismo*, não apenas numa leitura intelectual e filosófica mas que com os seus postulados alcançaram amplas manifestações na arte, na literatura, na moda<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> CHOMSKY, Noam – *El nuevo orden mundial (y el viejo)*. Barcelona: Crítica, 1996.

<sup>7</sup> O termo *pós-moderno*, inicialmente circunscrito a uma elite de ensaístas e a áreas artísticas delimitadas, rapidamente se expandiu trazendo ao debate a mudança social contemporânea, tornando-se a dominante cultural ou a lógica cultural da terceira grande etapa do capitalismo, cuja origem estaria na era pós Segunda Guerra Mundial, isto é a “lógica cultural do capitalismo tardio”. Cf. ANDERSON, Perry – *As origens da pós-modernidade*. Lisboa: Edições 70, 2005.

<sup>8</sup> LYOTARD, Jean-François – *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva, 2003. p. 15.

<sup>9</sup> Jameson dá exemplos de como na arte (com Andy Warhol e a *pop art*, o *fotorrealismo* e o *neo-expressionismo*), na música (com John Cage, mas também a síntese dos estilos clássico e popular evidente em compositores como Philip Glass e Terry Riley e no *punk rock* e na *new wave*); no cinema (com Jean-Luc Godard) ou na literatura (com William Burroughs, Thomas Pynchon e Ishmael Reed, no *nouveau roman*

Por sua vez, Giles Lipovetsky, um dos expoentes da filosofia francesa actual, classificou os anos oitenta como uma “era do vazio”<sup>10</sup> marcada pela apatia, o enfraquecimento da sociedade e dos costumes e do individualismo contemporâneo na era do consumo de massa.

Omar Calabrese trouxe à discussão a estética barroca, sob novo enfoque. O autor caracteriza a época como aquela em que o pormenor e o fragmento se sobrepõem ao inteiro, onde a instabilidade, a desordem e o caos, as figuras do nó e do labirinto, a complexidade e a dissipação, a distinção e a perversão, se instalam como dominantes no campo social e cultural<sup>11</sup>. No modelo calabresiano, a sociedade contemporânea seria marcada pelo ritmo e pela repetição, na produção ou no consumo de bens culturais e económicos, ou no uso continuado e frenético das mais diversas formas de expressão, nomeadamente artísticas, transformadas no conceito de *neobarroco*<sup>12</sup>.

Zygmunt Bauman anunciou a modernidade líquida do tempo presente caracterizada por um estado de *liquefacção* das sociedades contemporâneas. O sociólogo polaco considerou que o mundo se organizou sobre os estilhaços de dogmas destruídos, das peças desconexas das ideologias falhadas, das falsificações das montagens económicas, das retóricas das políticas do bem-estar, das perversidades tecnológicas, dos meios urbanos degradados e das falências nas apostas de progresso a longo prazo, um “lixo histórico” maioritariamente assente em “ideologias da salvação”<sup>13</sup>.

Já Mattei Calinescu admitiu, na realidade cultural do tempo presente, a existência dual e ambígua da modernidade, porque nela se verifica um particular compromisso com a inovação mas também uma recuperação algo eclética do passado,

[...] abandonando as críticas da vanguarda e optando por uma lógica de renovação mais do que por uma inovação radical, o pós-modernismo entrou num vivo diálogo reconstrutivo com o antigo e com o passado<sup>14</sup>.

Em Portugal, Boaventura de Sousa Santos reflectiu sobre a transição entre paradigmas sociais – e sobre o lugar e vicissitudes da sociedade portuguesa em tal transição – concluindo que:

---

francês e sua sucessão ou em críticos como Fiedler, Hassan e Sontag) se demonstram manifestações culturais que estavam além do modernismo “esgotado”. Cf. JAMESON, Fredric – *Postmodernism or the cultural logic of late capitalism*. London: Verso, 1993.

<sup>10</sup> LIPOVETSKY, Gilles – *A Era do Vazio: Ensaio Sobre o Individualismo Contemporâneo*. Lisboa: Relógio D’Água, 1989.

<sup>11</sup> *Idem*, p. 161-163.

<sup>12</sup> CALABRESE, Omar – *A idade neobarroca*. Lisboa: Edições 70, 1988. p. 39.

<sup>13</sup> BAUMAN, Zygmunt – *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 258 p. ISBN 857-110-598-7.

<sup>14</sup> CALINESCU, Mateo – *As cinco faces da modernidade: modernismo - vanguarda - decadência - kitsch - pós-modernismo*. Lisboa: Vega, 2000. p. 242.

A relação entre o moderno e o pós-moderno é, pois, uma relação contraditória. Não é uma ruptura total como querem alguns, nem de linear continuidade como querem outros. É uma situação de transição em que há momentos de ruptura e momentos de continuidade.<sup>15</sup>

Nesta plêiade de visões e interpretações, e por oposição ao radicalismo, à participação e solidariedade e à dimensão utópica e prospectiva dos anos sessenta, tradicionalmente a década de oitenta tem sido considerada o período do desinteresse dos jovens pela política e pela cultura, da desconfiança e descrença nas utopias, do alheamento e do cepticismo, da concorrência e da competição, que conduziram ao culto abusivo da aparência e do conforto, ao pragmatismo, ao estilhaçamento e fragmentação das estruturas, à banalização e frivolidade das relações, à absorção automática de modelos da cultura de massas comercializada, às formas de convívio e lazer individualistas e hedonistas.

A par destas leituras – variadas e por definição discutíveis – conceberam-se modificações no campo das ciências sociais e humanas que apontaram para transformações radicais no âmbito das expressões do conhecimento, questionando-se as estruturas de poder e o próprio estatuto do saber. A ascensão do conceito de pós-modernismo, bem como a magnitude das variações de qualquer tipo que caracterizam os tempos contemporâneos, mudou profundamente os termos do debate e levou muitos historiadores a analisar a forma de definir e interpretar o presente.

De igual forma, a diversa natureza dos processos de transformação social e a sua dispersão pelos diferentes espaços do sistema mundial suscitaram profundas revisões no pensamento marxista e, a par disso, no âmbito das ciências sociais e humanas, e no campo específico da História, a visão totalizadora da realidade foi colocada em questão verificando-se o abandono dos modelos de análise de outrora, o que significou uma mudança nos fundamentos do pensamento historiográfico contemporâneo. A nova ideologia ou filosofia da história representou o triunfo claro do relativismo cultural<sup>16</sup> e a recusa do poderio indiscutível da Razão, de toda a verdade única, da mesma forma que significava o fim das “grandes narrativas” produzindo-se a emergência dos discursos fragmentários e polissémicos. Com efeito, vários pensadores viram neste presente um rompimento profundo com o passado, retirando dele o fim das ideologias e a necessidade de repensar profundamente os sujeitos históricos e as formas de acção social, avançando-se para as teorias do fim da história, que viriam mais tarde a ser propostas por Francis Fukuyama<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa - *Pela Mão de Alice: o social e o político na pósmodernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1994. p. 92.

<sup>16</sup> O relativismo foi um produto muito directo da posição intelectual que acreditava ver no mundo muito menos certezas que as que encontrava a tradição moderna. O pensamento relativista sustém que os conteúdos de verdade que têm as proposições ou posições intelectuais são equiparáveis, não havendo nada que possa ser considerado uma verdade absoluta, nem tão pouco uma verdade que valha mais que outra. Cfr. ARÓSTEGUI, Julio - *La historia vivida: sobre la historia del presente*. Madrid: Alianza Editorial, 2004. p. 145.

<sup>17</sup> FUKUYAMA, Francis - *O fim da história e o último homem*. Lisboa: Gradiva, 2007.

Verificaram-se, assim, alterações no pensamento e método científicos, apresentando-se novas formas de encarar a ciência e fundamentalmente, uma nova perspectiva da dualidade ciência natural/ciência social<sup>18</sup> e foram surgindo novas formas de avaliar a renovada situação da vida social e cultural, nomeadamente na história sociocultural, a microhistória, a história oral, a história da vida quotidiana, a história do tempo presente.

Todas elas são resposta às mudanças da cultura, das mentalidades e da percepção dos sintomas dessas mudanças, produzidas pelo menos desde os anos setenta do século XX. Concretamente, a ideia de uma história do tempo presente resulta da ideia de que após a Segunda Guerra Mundial nasceu um momento inequivocamente distinto da contemporaneidade que deixava para trás categorias estanques e a visão de que era necessário “historiar” de outra maneira.

Esta conjuntura daria lugar ao aparecimento da proposta de institucionalização de uma história do tempo presente e do seu novo horizonte historiográfico. O termo história do tempo presente tem a sua origem em França onde encontrou as primeiras formulações conceptuais e as primeiras materializações institucionais. Desde os anos sessenta que se tem falado de história do tempo presente, história do presente, imediata, recente, actual ou quotidiana, pressupondo que esses termos seriam em linhas gerais sinónimos e cujos recessos semânticos não afectariam o objecto de estudo<sup>19</sup>.

Verifica-se portanto, também, a mudança de paradigma no campo da história, que tendeu a considerar as mudanças sociais como acontecimentos não estruturados: em lugar de ver o processo histórico como um acumular incessante de experiências, deveria ser investigada a estrutura das mudanças de longo prazo, evitando o relativismo absoluto e observando a dinâmica dos factos. Em suma, a história do tempo presente surgia como uma nova orientação historiográfica, oferecendo reflexões teóricas que introduziram igualmente um olhar renovado sobre o passado e sobre o modo como a historiografia ocidental o havia narrado e interpretado<sup>20</sup>.

A forma como se escreveu a história foi também reequacionada. Hayden White<sup>21</sup> chamara a atenção para o modo como a historiografia era necessariamente organizada como um narrativa, problematizando a distinção tradicional entre os textos ficcionais (especialmente os romances) e a historiografia, baseando-se na observação de que a escrita dos historiadores era orientada não apenas por estruturas do mundo real, mas, em larga medida, por problemas intrínsecos da organização e da composição discursivas, estilísticas e poéticas<sup>22</sup>. Seguindo essa mesma perspectiva, Rui Bebianco tem defendido dentro dos estudos da história do tempo presente, a história como poética, levantando as questões da subjectividade e da relação com o passado e

---

<sup>18</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa – *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1996. 59 p.

<sup>19</sup> Sobre a origem da história do tempo presente e a questão terminológica ver ARÓSTEGUI, Julio – *Ob. cit.*, p. 21 e seguintes e p. 48.

<sup>20</sup> ASH, Timothy Garton – *História do Presente*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001. p. 17.

<sup>21</sup> WHITE, Hayden – *El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1992.

<sup>22</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich – *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 462-63.

[...] admitindo e praticando a história como saber próprio mas híbrido, que combina dados e imaginação, e o faz com rigor e com arte, afastando-se da estéril presunção da certeza e oferecendo-se ao interesse das pessoas que, por prazer ou vontade de conhecer – mas de preferência pelos dois motivos combinados – por ela se interessam, para ela são conquistadas, de alguma maneira a integram nas suas vidas.<sup>23</sup>

Argumentação semelhante é aquela defendida pelo historiador Julio Aróstegui no seu trabalho de legitimação da história do tempo presente e da história vivida, apresentando nela uma noção de presente histórico que se identifica com uma aproximação, um inventário das questões essenciais da história que vivemos<sup>24</sup>. Para ele, história não é só a herança mas também a consciência formada a partir da experiência do nosso próprio actuar. A história do presente é primordialmente a história experimentada face à tradicional história recebida, “é que a história também é *vida*”<sup>25</sup>, defende. Kosseleck<sup>26</sup> afirma que toda a história recorre à experiência ou experiências humanas e toda a historiografia consiste na historicização de experiências. A dupla operação de historicização adquire um carácter particular quando se trata da experiência própria recorrendo duplamente a uma dimensão objectiva e subjectiva através da qual se desenvolve uma consciência peculiar. O que chamamos história do presente caracteriza-se pois, pela “confluência peculiar do subjectivo com o objectivo”<sup>27</sup>, define.

O alemão Hans Ulrich Gumbrecht tem revisitado as narrativas canónicas da história da historiografia a partir de uma releitura da própria modernidade. Tem sido, aliás, um profundo crítico do projecto da modernidade e do modelo historiográfico por ela engendrado, reflectindo e propondo novas formas historiográficas. Gumbrecht critica aquilo que chama de “centralidade incontestada da interpretação”, secura de um legado metafísico e cartesiano que, ao desprivilegiar a *presença* das coisas – expresso nas artes, na cultura de massas e no fascínio pelo passado – se foca excessivamente no *sentido* do mundo social<sup>28</sup>. Não se trata, pois, de abandonar todas as prerrogativas científicas das humanidades, mas de criticar frontalmente a proeminência hermenêutica dos seus mais variados campos disciplinares, reintroduzindo neles uma reflexão sobre o papel da experiência estética<sup>29</sup>.

---

<sup>23</sup> BEBIANO, Rui – “Sobre a história como poética”. In *As Oficinas da História*. Lisboa: Colibri, 2002. p. 70.

<sup>24</sup> Vejam-se os estudos já aqui citados do historiador espanhol Julio Aróstegui, infelizmente nenhum traduzido entre nós o que revela o desprezo da actividade editorial em Portugal pelos temas da História do Tempo Presente.

<sup>25</sup> ARÓSTEGUI, Julio – *Ob. cit.*, p. 13.

<sup>26</sup> KOSELLECK, Reinhart - *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Madrid: Ediciones Paidós Ibérica, 2001. p. 59.

<sup>27</sup> ARÓSTEGUI, Julio – *Ob. cit.*, p. 144.

<sup>28</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich - *Production of Presence: what meaning cannot convey*. Stanford: Stanford University Press, 2004. p. XV.

<sup>29</sup> O ponto de partida dessa reflexão gumbrechtiana deve ser a ideia heideggeriana de *ser-no-mundo*, contrária à oposição cartesiana entre sujeito e objecto, que o pensador assumidamente deseja superar.

Gumbrecht defende a possibilidade de nessa análise se ter um cuidado estético, que pode possibilitar à historiografia a *presentificação* de mundos passados, com “a aplicação de técnicas que produzam a impressão (ou, de facto, a ilusão) de que esses mundos passados podem-se tornar tangíveis novamente”<sup>30</sup>. O autor falara já sobre a *presentificação* das artes e das humanidades onde aborda os futuros possíveis para as ciências humanas defendendo a possibilidade de redesenhar as fronteiras das suas disciplinas, em especial as “da estética, da história e da pedagogia” em que o passado parece tornar-se presente numa espécie de “epifania”, um resultado directo da coexistência sempre tensa entre efeitos de sentido e efeitos de presença.

Ao dizer que qualquer contacto humano com as coisas do mundo contém um componente de sentido e um componente de presença, e que a situação da experiência estética é específica, na medida em que nos permite viver esses dois componentes em sua tensão, não pretendo sugerir que o peso relativo dos dois componentes é sempre igual. [...] A dimensão de sentido será sempre predominante quando lemos um texto [...]. Inversamente, acredito que a dimensão da presença predominará sempre que ouvirmos música [...]. Mas penso que a experiência estética – pelo menos em nossa cultura – sempre nos confrontará com a tensão, ou a oscilação, entre presença e sentido.<sup>31</sup>

Perante estes desafios que se colocaram à contemporaneidade e as transformações significativas de diálogo entre o passado e o presente, é necessário repensar a forma como se tem feito a história do presente em Portugal<sup>32</sup>, mais concretamente aquela que respeita, *grosso modo*, à década de 1980.

Efectivamente, é possível exemplificar tudo isto num momento marcante da história de Portugal como foi a transição democrática pós-salazarista para a democracia, um processo que se arrastou depois de Novembro de 1975 sensivelmente até às primeiras eleições constitucionais, e que oferece elementos de grande interesse para a melhor compreensão dos fenómenos políticos e sociais mas também artísticos e culturais.

A intensa oposição no biénio revolucionário (1974-1975) processou-se essencialmente ao sistema político e foi progressivamente promovida e reforçada pela actividade cultural e artística à margem da cultura institucional e institucionalizada como componente elementar e amplamente integrante da génese do imaginário social<sup>33</sup>. Efectivamente, o contexto do pós-25 de Novembro promoveu novas e profundas significações culturais que se definem como “lógicas culturais alternativas”<sup>34</sup>, dialecticamente em relação com a cultura legítima e dominante. No entanto, uma série de “lugares-comuns” tem dominado a interpretação do período, dando conta do desaparecimento dos valores

---

<sup>30</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich - *Ob. cit.*, p. 94.

<sup>31</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>32</sup> Rui Bebiano apresentou alguns dos temas e problemas da história do presente, debatendo em torno de conceitos como identidade, memória, complexidade, velocidade e cidadania. Veja-se Bebiano, Rui – “Temas e problemas da história do presente”. In *A História Tal Qual se Faz*. Lisboa: Colibri. p. 225-236

<sup>33</sup> Cf. DURAND, Gilbert – *Campos do Imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

<sup>34</sup> RIBEIRO, António Sousa – “O povo e o público. Reflexões sobre a cultura em Portugal no pós-25 de Abril”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: CES. Nº 18-19-20 (1986) p. 11-12.

dos anos sessenta ou da sua cooptação, insistindo na ideia de que aqueles se terão perdido para sempre.

Nessa análise, os anos oitenta têm sido revisitados com um sentimento de revivalismo e nostalgia celebrados em torno do *kitsch*, do colorido, da reedição de tendências na moda, na música, nas festas, nos ícones, na decoração, nas séries televisivas. Os anos oitenta correspondem a uma década com identidade própria e incorporam o surgimento de uma geração que, de acordo com a formulação tradicional do “choque de gerações”<sup>35</sup>, se concebeu a si mesma em oposição à chamada “geração de sessenta”<sup>36</sup>, considerada por alguns a “geração sem memória”<sup>37</sup>.

Na verdade, a transição democrática portuguesa no último quarto do século XX foi um processo histórico de enorme capacidade ilustrativa sobre o que pode ser uma história do tempo presente baseada na biografia de uma geração e cujo estudo está por fazer-se. Só dando a conhecer essa geração silenciada o historiador pode, em rigor, entender um período da história de Portugal que tem sido mal interpretada, fruto das abordagens superficiais ou redutoras de que tem sido alvo.

Com as transformações que se dão em Portugal e com a rotinização do sistema democrático, emergem novas formas de manifestação de uma cultura juvenil marcada por novas práticas simbólicas e novas configurações identitárias, que os historiadores devem procurar conhecer. Devido em parte a reservas metodológicas que mantiveram alguma desconfiança – hoje felizmente ultrapassada – em relação à História recente, trata-se de um período no qual se encontra um imenso campo de investigação por explorar, uma vez que os estudos existentes se confinam, em regra, a levantamentos sem dimensão explicativa, a testemunhos centrados na definição da normalização democrática, ou a abordagens no campo da sociologia sobre as novas culturas juvenis.

Destacam-se, neste contexto, os contributos nas obras dirigidas por António Reis<sup>38</sup>, que abordam aspectos da vida cultural no período da transição democrática, ou o trabalho de Eduarda Dionísio sobre a sua visão pessoal da época<sup>39</sup>. Apesar de útil, essa obra é já um estudo datado, enunciando uma visão pessoal que exclui uma reflexão científica. Outros trabalhos no domínio mais específico da História revelam preocupações referentes ao estudo da época e do objecto em questão, mas os resultados cingem-se à cadeiras no ensino universitário ou realização de seminários, cursos ou

---

<sup>35</sup> PRÉEL, Bernard – *Le choc des générations*. Paris: Éditions La Découverte, 2000.

<sup>36</sup> A geração dos anos sessenta haveria de se fragmentar ao largo da acção histórica concreta que culminou na transição, dando vida ao reformismo nascido no próprio regime e à oposição a este. A geração de portugueses que fez a transição para a democracia começou a ser substituída como activa por outra que é a que aparece após as “revoluções de 89-91”, altura em que se encerra o “curto século XX” de que falava Hobsbawm e que é dominante nos anos noventa.

<sup>37</sup> VIEIRA, Joaquim – *Portugal, Século XX – Crónica em Imagens*. Vol. IX (1980-1990). Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

<sup>38</sup> De que são exemplo *Portugal Contemporâneo (1820-1992)*. Seis volumes. Lisboa: Publicações Alfa, 1990-1993 ou *As Grandes Correntes Políticas e Culturais do Século XX*. Lisboa: Colibri; Instituto de História Contemporânea, 2003.

<sup>39</sup> Cf. DIONÍSIO, Eduarda – *Titulos, acções, obrigações: a cultura em Portugal, 1974-1994*. Lisboa: Edições Salamandra, 1993.

colóquios de história do presente<sup>40</sup>, o que demonstra a urgência em abordar de forma sistemática o período de transição democrática e o processo de definição de novas culturas urbanas. Além disso, estudos sociológicos<sup>41</sup> sobre os comportamentos juvenis têm destacado o seu importante papel na formulação de processos de contestação e resistência à normalização democrática. Todavia, nota-se nestes trabalhos a ausência de uma perspectiva histórica que importa desenvolver.

Deve ter-se em conta os prejuízos impostos pela tradição positivista à história do tempo presente, que lhe levanta problemas epistemológicos e metodológicos: a impossibilidade de a reconstruir pela falta de documentos, pela inexistência de uma “perspectiva temporal” adequada ou pela implicação pessoal do historiador. Na verdade, os procedimentos de pesquisa do historiador do tempo presente podem incidir na análise das tradicionais fontes históricas – jornais, revistas, actas de reuniões, programas e cartazes, postais –, as fontes audiovisuais – como os arquivos televisivos, fílmicos ou radiofónicos –, mas também num permanente recurso ao testemunho oral, a partir do qual o historiador se pode servir de uma miríade de fontes de espólios pessoais: fotografias, cartas, cartões postais, textos ficcionais e não ficcionais, memórias pessoais, entre outros. Como fonte primordial para a história do presente surge a história oral apontando para um novo paradigma metodológico baseado nas novas possibilidades do recurso ao testemunho oral que enquanto fonte da história deve estar sujeita e nas mesmas condições das demais aos requisitos metodológicos aplicáveis a qualquer tipo de fonte histórica.

Pretende-se neste artigo exploratório repensar e analisar o passado recente da História de Portugal a partir de uma perspectiva de confrontação com uma nova imagem dos anos oitenta que tem o potencial de mudar o modo como vemos e pensamos o presente. Ainda que estas constatações aqui deixadas devam ser mais elaboradas, aprofundadas e matizadas, levantam já algumas das grandes mudanças históricas protagonizadas geracionalmente. Além disso, a história do presente tem sido e continua a ser resposta para a compreensão da impressionante mudança que a sociedade portuguesa viveu no segundo quartel do século XX.

## Bibliografia Final

ANDERSON, Perry - *As origens da pós-modernidade*. Lisboa: Edições 70, 2005.

ARÓSTEGUI, Julio – *La historia vivida: sobre la historia del presente*. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

---

<sup>40</sup> São exemplo disso *As conquistas sociais de Abril: passado e presente*, Direcção científica de Prof. Doutor António Reis e Dra. Maria Inácia Rezola. Auditório 1 da FCSH-UNL, 20-22 de Maio de 2004, *O Conhecimento da Democracia. Ciências Sociais no Portugal Democrático*, Direcção científica do Prof. Doutor Fernando Rosas, Dr. Luís Trindade e Dra. Elisa Lopes da Silva, FCSH-UNL, 8-10 de Maio de 2003; *Portugal na Transição do Milénio*, em colaboração com o Comissariado de Portugal para a EXPO'98/Pavilhão de Portugal e o Instituto da Defesa Nacional, Instituto da Defesa Nacional, 5-8 de Novembro de 1997.

<sup>41</sup> Cf. PAIS, José Machado – *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003; FIGUEIREDO, Eurico – *Valores e Gerações: Anos 80 Anos 90*. Lisboa: ISPA, 2001; DRAGO, Ana – *Agitar Antes de Ousar: o Movimento Estudantil «Antipropinas»*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

- ARÓSTEGUI, J.; SABORIDO, J. – *El tiempo presente: un mundo globalmente desordenado*. Universidad de Buenos Aires, 2005.
- ASH, Timothy Garton – *História do Presente*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt – *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BEBIANO, Rui – “Sobre a história como poética”. In *As Oficinas da História*. Lisboa: Colibri, 2002.
- BEBIANO, Rui – “Temas e problemas da história do presente”. In *A História Tal Qual se Faz*. Lisboa: Colibri.
- BELL, Daniel – *The coming of post-industrial society: a venture in social forecasting*. New York: Basic Books, 1979.
- CALABRESE, Omar – *A idade neo-barroca*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- CALINESCU, Mateo – *As cinco faces da modernidade: modernismo - vanguarda - decadência - kitsch - pós-modernismo*. Lisboa: Vega, 2000.
- CASTELLS, Daniel – *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- CHOMSKY, Noam – *El nuevo orden mundial (y el viejo)*. Barcelona: Crítica, 1996.
- DIONÍSIO, Eduarda – *Títulos, ações, obrigações: a cultura em Portugal, 1974-1994*. Lisboa: Edições Salamandra, 1993.
- DURAND, Gilbert – *Campos do Imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- FUKUYAMA, Francis – *O fim da história e o último homem*. Lisboa: Gradiva, 2007.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich – *Production of Presence: what meaning cannot convey*. Stanford: Stanford University Press, 2004.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich – *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- JAMESON, Fredric – *Postmodernism or the cultural logic of late capitalism*. London: Verso, 1993.
- JUDT, Tony – *O Pós-Guerra: História da Europa desde 1945*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- KOSELLECK, Reinhart – *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Madrid: Ediciones Paidós Ibérica, 2001.
- LIPOVETSKY, Gilles – *A Era do Vazio: Ensaios Sobre o Individualismo Contemporâneo*. Lisboa: Relógio D'Água, 1989.
- LYOTARD, Jean-François – *A Condição Pós-Moderna*. Lisboa: Gradiva, 2003.
- MARWICK, Arthur – *The Sixties: cultural revolution in Britain, France, Italy, and the United States, c.1958-c.1974*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1999.
- PRÉEL, Bernard – *Le choc des générations*. Paris: Éditions La Découverte, 2000.
- RIBEIRO, António Sousa – “O povo e o público. Reflexões sobre a cultura em Portugal no pós-25 de Abril”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: CES. Nº 18-19-20 (1986).
- SANTOS, Boaventura de Sousa – *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1996.
- SANTOS, Boaventura de Sousa – *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- VIEIRA, Joaquim – *Portugal, Século XX*. Lisboa: Temas & Debates.
- WHITE, Hayden – *El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1992.